

Identities operárias: hierarquias sócio-profissionais e valores solidários firmados a partir da centralidade do trabalho fabril (1930-1960).

Work identities: socio-professional hierarchies and solidarity values entered from the centrality of the factory work (1930-1960).

Juçara da Silva Barbosa de Mello*

Artigo enviado em 16 de março de 2009 e avaliado em 23 de junho de 2009

Resumo:

Uma junção dinâmica entre os aspectos compartilhados pelos operários do Distrito de Santo Aleixo e a combinação de vivências que marcam a construção de uma diversidade de posições em seu interior contribuiu na formação da identidade coletiva do grupo. Uma identidade firmada sobre um conjunto de valores e tradições solidários, que não anulam, porém se sobrepõem às diferenciações internas em face de uma relação com o outro.

Palavras-chave:

Trabalho. Memória. Identidade.

Abstract:

A dynamic junction between the aspects shared by the workers of the District of Santo Aleixo and the combination of experiences that mark the construction of a variety of positions in its interior contributed to the formation of collective identity of the group. Established an identity on a set of values and the supportive traditions, not cancel,

* Doutoranda pelo Programa de Pós Graduação da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro / PUC-RIO. Trabalhos publicados a partir de apresentação em simpósios: O Compasso da vida no ritmo da fábrica: identidade e memória do cotidiano operário em Santo Aleixo; Classe e Cultura no Estudo da História Operária: tendências teórico-metodológicas; Experiências de Consenso e Resistência dos Trabalhadores Têxteis de Santo Aleixo. E-mail: jsbmello@oi.com.br.

but they overlap to internal differences in the face of a relationship with the other.

Keywords:

Work. Memory. Identity.

Eu entrei na fábrica com 11 anos [...] naquele tempo tinha tamanho entrava, não tinha nada de idade.¹
Paulo Lopes.

Antigamente entrava na fábrica com 12 anos. As máquinas eram altas, então eles faziam aquele tablado assim, pra criança subir pra poder trabalhar. Era criança, criança mesmo!

Olha [...] eu trabalhava na fábrica no 2º turno, então eu estudava de manhã.

Chegava em casa por volta de 11 horas; às vezes ainda tinha que ir ao armazém fazer compra pra mamãe, lavava minha roupa, passava e ainda trabalhava na fábrica! A gente perdia a mocidade da gente, a juventude, a adolescência!²

Maria Oneida Péclat.

Meu pai contava que quando ele entrou na fábrica, ainda criança, o mestre dele trabalhava com uma correia [cinto de couro] na mão. Bobeou, levava uma correia [...] quando ninguém estava olhando, as crianças aproveitavam pra brincar.³
Eli da Silva.

Através das declarações acima, podemos identificar algumas características marcantes do universo fabril que adquirem peculiar tonalidade no espaço e no tempo em que se concentra este estudo. Características tipicamente derivadas da adoção de uma “disciplinarização extensiva”⁴,

¹ Entrevista com Paulo Lopes, concedida à autora em 03 fev. 2005.

² Entrevista com Maria Oneida Péclat, concedida à autora em 18 jan. 2007.

³ Entrevista com Eli da Silva, concedida à autora em 09 set. 2006.

⁴ PERROT, Michelle. Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1988, p. 19.

na qual a criança é vista como superfície plana, facilmente moldável,⁵ e a mulher, como portadora de uma “docilidade natural”, tornando-a uma mão-de-obra submissa e de fácil controle.⁶

Tradicionalmente, entre as atividades do setor secundário, é a indústria têxtil que apresenta uma maior absorção do contingente feminino e de menores na linha de produção.⁷ Desse modo, uma análise que pretenda fugir ao modelo homogeneizador da vida operária – que é o caso do presente artigo – deve considerar que a dinâmica do poder desenvolvida no âmbito das relações de produção obedecia a uma lógica em que as esferas do trabalho e familiar não podem ser pensadas separadamente, uma vez que se constituem em categorias que – sobretudo neste caso específico – afetam-se mutuamente.

Diversos fatores convergiram para causar a inserção de um grande número de mulheres e menores no trabalho fabril. Os baixos salários foram, sem dúvida, um elemento de peso⁸, sobretudo numa situação em que o maior número possível de membros da família empregados na fábrica se constituía em elemento facilitador do acesso à moradia na vila, ao mesmo tempo em que amenizava a insegurança causada pela dupla subordinação a que essas famílias estavam submetidas, qual seja a do trabalho e da moradia.

Portanto, o trabalho e a moradia, elementos fundamentais para a subsistência dessas famílias, eram indissociáveis das fábricas. As fábricas representavam praticamente a única fonte de emprego de Santo Aleixo, além de serem proprietárias de terras que abrangiam grande parte do território do distrito, levando a uma insegurança estrutural que impulsionava as famílias a sempre buscar manter o maior número de membros possível no trabalho fabril, como forma de garantir a manutenção do vínculo com

⁵ RAGO, Margareth. A preservação da infância. In: _____. *Do Cabaré ao Lar: a utopia da cidade disciplinar*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e terra, 1997, p. 117-162.

⁶ LOBO, Elisabeth Souza. *A Classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1991, p.42.

⁷ Cf. MATOS, Maria Izilda Santos de. *Cotidiano e cultura: história, cidade e trabalho*. Bauru, SP: EDUSC, 2002, p. 94. Ver também: PIMENTA, Ricardo M. *Batalhas de algodão: a infância operária interrompida pelo trabalho nas indústrias têxteis do Rio de Janeiro*. In: *Anais do XXIII Simpósio Nacional de História – História: Guerra e Paz*. Universidade Estadual de Londrina, 2005.

⁸ O *Jornal Imprensa Popular* publicado em março de 1951 define as fábricas de tecidos de Santo Aleixo - Esther e Andorinha – como “irmãs gêmeas no sistema de exploração de trabalhadores”. Prosseguindo na crítica, o jornal apresenta a seguinte informação: “O salário médio, mesmo em empresas sugadoras do suor do operário, varia entre 800 e 850 cruzeiros. Mas nas duas fábricas acima mencionadas – Esther e Andorinhas – o salário médio é de 600 cruzeiros! E com exclusivamente este salário miserável vivem cerca de 3 mil operários” [...] *IMPRESSA POPULAR*. Regime de Miséria e Opressão nas Fábricas Esther e Andorinhas. Rio de Janeiro, ano IV, n° 646, 20 de mar. 1951, p.5.

a fábrica, essencial à permanência na casa da vila, e até à residência no próprio local, tendo em vista o pequeno número de moradias e de ocupações não vinculadas às empresas.

A parca remuneração recebida pelos operários não lhes permitia a obtenção de moradia própria, pelo menos não nos moldes daquelas oferecidas pela fábrica. Habitações consideradas dignas do ponto de vista sanitário, o que representava um privilégio diante do contexto de vida desses trabalhadores: “[...] Quem não tinha casa da fábrica morava em choupana, de sapapo, de sapê, né. O piso era de chão batido”⁹.

A grande presença feminina e infantil no trabalho fabril indica uma constante articulação entre as hierarquias sociais e de gênero presentes no espaço da fábrica com o mundo exterior à empresa, atingindo a esfera mais privada da vida do trabalhador, seus núcleos familiares, submetidos às estratégias de controle e disciplinarização com a imposição das mesmas diretrizes sociais da esfera do trabalho.

Em alguns grupos de trabalhadores, o casamento podia significar o fim do trabalho fabril para as mulheres.¹⁰ Todavia, entre as operárias têxteis de Santo Aleixo, a permanência no trabalho da grande maioria após o matrimônio foi um dado predominante. Fato associado, principalmente, à necessidade de complemento da renda doméstica, uma vez que, entre esposas de operários ocupantes de cargos de chefia – e, portanto, detentores de maior remuneração –, a regra que vigorava era da interrupção do trabalho fabril: “[...] minha esposa, quando nós casamos, também trabalhava na fábrica, mas quando nós casamos, eu mandei ela [sic] sair [...] porque se eu vou casar tenho que ter responsabilidade em manter a casa, né? E ela em cuidar dos filhos”¹¹.

A enorme demanda por braços para o trabalho fabril no período em foco também deve ser considerada na análise das razões que explicam a permanência das mulheres no trabalho mesmo após o matrimônio. A hipótese é que tal demanda teria contribuído para causar um impacto sobre as noções tradicionais de respeitabilidade e sobre os códigos de gênero que permeavam a vida operária. Desse modo, para as esposas de operários que

⁹ Entrevista com Eli da Silva, concedida à autora em 09 set. 2006.

¹⁰ Analisando a migração de nordestinas para o trabalho na empresa Nitro Química Brasileira, Paulo Fontes destaca que a experiência das mulheres migrantes era “significativamente distinta da dos homens”, constatando que “o trabalho feminino na fábrica era visto pelos homens como secundário e temporário”, devendo ser o casamento o que determinaria seu fim (Cf.: FONTES, Paulo. Migração Nordestina e experiências operárias. In: BATALHA, Cláudio H M; SILVA, Fernando Teixeira da; FORTES, Alexandre (orgs.). Culturas de Classe: identidade e diversidade na formação do operariado. Campinas: Ed. da Unicamp, 2004, p. 391-393.

¹¹ Entrevista com Álvaro José da Silva, concedida à autora em 09 set. 2006.

ocupavam funções mais “baixas” na hierarquia – que se constituíam na maioria dos trabalhadores –, praticamente não havia outra opção que não fosse a de acumular as duas funções: compartilhar com os maridos a tarefa de prover o lar e ainda cuidar dos filhos e de todas as demais tarefas que envolvem a vida doméstica.

Eu chegava 10 horas da noite em casa. Depois que eu tomava meu banho, eu ia passar roupa. Passava até 2 horas da madrugada. Aí é que eu ia dormir, ia deitar. 4:30 Antônio (marido) levantava pra ir para fábrica, pra pegar 5 horas. Eu trabalhava a noite e ele (marido) trabalhava de dia. Quer dizer, eu dormia muito pouco, muito pouco! Levantava 6 horas, aí tinha as crianças pra cuidar, mandar pro colégio, fazer comida [...] era uma vida muito sacrificada mesmo! Muito sacrificada mesmo!¹²

O relato de D. Maria Oneida tipifica o discurso das mulheres operárias de Santo Aleixo. Estas, embora submetidas ao mesmo regime de trabalho que os homens – como remuneração por produção, “O salário da mulher era a mesma coisa do homem entre os operários [...]”¹³ –, não se encontravam, nem de longe, em igualdade de condições com os homens operários. A remuneração era calculada a partir da produtividade do operário, o que ao fim e ao cabo tornava, em muitos casos, o salário feminino inferior ao masculino, pois o acúmulo das tarefas domésticas e fabris afetava, inevitavelmente, a produtividade feminina. Isso sem falar da força física masculina, que somente em algumas funções chegava a ser superada pela maior destreza e habilidade comumente demonstrada pelas mulheres.

Enfim, o salário feminino, na maior parte dos casos, era inferior ao masculino, mesmo estando os dois submetidos ao sistema de remuneração por produção. Além disso, às mulheres estavam reservadas as funções que exigiam uma execução mais lenta, pois dependentes de maior habilidade e atenção. Seu Álvaro, ao se referir à seção que chefiava, recordou que “ali só podia trabalhar mocinha, porque o fio que fazia era igual um fio de cabelo”. Um outro aspecto importante é que “não tinha mulher mandando, era só homem mandando”, como lembra D. Maria Oneida.

Esses trabalhadores encontravam-se, então, submetidos a uma rígida hierarquia no espaço de trabalho, fundada numa classificação que seguia os parâmetros de uma divisão sexual e etária que, em boa medida, apresentava-se como reflexo das relações familiares. Em ambos os níveis relacionais (família e trabalho fabril), as experiências vivenciadas não eram simbolicamente concebidas da mesma maneira por homens e mulheres. Por exemplo, em depoimentos feitos por mulheres operárias, frequentemente, as falas denota-

¹² Entrevista com Maria Oneida Péclat, concedida à autora em 18 jan. 2007.

¹³ Entrevista com Maria Oneida Péclat, concedida à autora em 18 jan. 2007.

vam incômodo diante dos efeitos que o trabalho fabril podia causar à aparência: “[...] eu tinha vergonha de dar a mão às pessoas porque era calo purinho [...] eu saía da fábrica, só tinha a barra da saia enxuta, o resto tava [sic] tudo molhado, e junto com a poeira ficava uma lama”¹⁴. Entre os homens não era tão frequente a alusão aos efeitos do trabalho sobre a estética como entre as entrevistadas do sexo feminino, o que não significa a existência de um padrão comportamental rígido no que se refere a este aspecto. O Sr. Eli, por exemplo, declara que “não gostava de trabalhar na fábrica não”, e prossegue justificando que “trabalhava até no sábado [...] trabalhava na mecânica e saía todo sujo, se tivesse uma festa [...] não podia ir.”¹⁵

Contudo, percebemos a existência de uma divisão social do trabalho que evidencia, na relação entre os gêneros, a existência de uma hierarquia social que não se cria a partir do trabalho fabril, mas que, conforme observado por Lobo, “recria uma subordinação que existe também nas outras esferas do social”¹⁶, apontando assim para uma diferenciação que possui fundações enraizadas no nível do conjunto da sociedade. Enfatizamos, todavia, que tal diversidade não chegava a interditar a criação de táticas e estratégias individuais e coletivas de resistência – por parte tanto de homens quanto de mulheres –, percebidas nos muitos pormenores da vida cotidiana, bem como na organização de associações e na participação de movimentos grevistas.

Exemplo do que estamos tratando encontramos ao analisar a trajetória de vida da ex-sindicalista Lúcia de Souza, que expressa da seguinte forma sua atuação nas lutas em favor dos operários de Santo Aleixo:

Eu lutava porque achava que a luta era essa, contra as pessoas que exploravam os trabalhadores, e eu sempre fui a favor dos trabalhadores [...] Então tinha aqueles grupos que não gostavam de mim. Tinha gente que nem falava com a gente, e eram poucas as mulheres que lutavam, então tinha muito preconceito [...] Lembro de uma vez de uma greve, que teve porque a gente tinha que tocar 4 máquinas. Então a gente foi trabalhar tocando só 2 máquinas, e eles queriam que pegasse 3, mas ficava todo mundo parado porque a gente se recusava a trabalhar.¹⁷

Estudos indicam que a grande presença de mulheres e meninas nas fábricas, bem como de menores em geral, favorecia certos mecanismos de superexploração¹⁸, entre eles, o rebaixamento de salários e um maior clima de

¹⁴ Entrevista com Maria Oneida Péclat, concedida à autora em 18 jan. 2007.

¹⁵ Entrevista com Eli Silva, concedida à autora em 09 set. 2006.

¹⁶ LOBO, Elisabeth Souza. *A Classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência*. São Paulo, SP: Ed. Brasiliense, 1991, p. 61.

¹⁷ Entrevista com Lúcia de Souza, concedida à autora em 10 out. 2007.

¹⁸ Ver, por exemplo: HARDMAN, Foot & LEONARDI, Victor. *História da Indústria e do Trabalho no Brasil*. São Paulo: Ed. Global, 1982, p. 183-184.

insegurança, diminuindo ou quase anulando o poder de barganha dos trabalhadores. Relatos de antigos operários, além dos demais registros disponíveis, atestam uma certa regularidade destes dados no que se refere às fábricas de Santo Aleixo. É o que apontam algumas reportagens do jornal *Imprensa Popular* – publicadas na década de 1950 – denunciando a “exploração” do trabalho feminino e infantil nas referidas fábricas.

O elemento feminino é em alta percentagem requisitado para o trabalho, cerca de 50 por cento. Com isso os patrões têm em vista arrecadar mão de obra mais barata.¹⁹

Mais de 600 menores de 18 anos, de ambos os sexos, trabalham na fábrica Esther, executando trabalhos pesados até para adultos. Na fiação, por exemplo, garotas franzinas, de 14 e 15 anos de idade, trabalham empurrando carrinhos cheios de “espula” (espécie de carretilhas com fios), com o corpo inclinado, ameaçando o funcionamento normal dos rins. Não raro uma destas fiandeiras começa a sentir dores nas costas, como consequência do próprio trabalho. Outro serviço odiado na Fiação é o das varredeiras, também garotas de menor idade.²⁰

Além da vasta utilização do trabalho infantil na produção têxtil, as crianças também eram utilizadas para pequenos serviços de escritório e no atendimento de necessidades particulares dos chefes e dos proprietários das fábricas. É o caso de Sr. Eli e da D. Nelly, que, antes de ingressarem na linha de produção, já prestavam serviços ao proprietário da Fábrica Andorinhas.

Perdi minha mãe muito cedo. Então, quando tinha 9 anos fui trabalhar na fazenda que morava seu Hermann, lá no Pico. Eu trabalhava em troca do lugar pra morar e da comida, e no final do ano ganhava lá uma roupinha e um sapatinho. Os empregados da fazenda dormiam todos na casa do caseiro que era um tal de Frank. Eu tinha pavor desse homem porque quando fui ficando mocinha ele tentava me agarrar. Então com 16 anos seu Hermann me transferiu para trabalhar na fábrica, onde eu aprendi uma profissão.²¹

Quando eu tinha 10 anos eu já trabalhava na casa do dono da fábrica. *Eu achava que isso era uma exploração! Ele não gostava de ver garoto na rua soltando pipa, levava para casa dele pra limpar, lavar, cortar grama.* Eu me lembro que uma vez eu trabalhei lá um tempão e meu salário foi um short [...] (risos)²²

É importante observar que o Sr. Eli, ao considerar ser uma “exploração” o trabalho executado em sua infância, apresenta uma característica diferenciada do modo como a maior parte dos operários entrevistados se expressa com relação a experiências semelhantes, denotando como “membros de um mesmo grupo se apropriam de maneira desigual de um estoque simbólico co-

¹⁹ IMPRENSA POPULAR. Regime de miséria e opressão nas fábricas Esther e Andorinhas. Rio de Janeiro, ano IV, n° 646, terça feira, 20 de março de 1951, p. 5.

²⁰ IMPRENSA POPULAR. Crônica do Estado do Rio: forcem os operários a entregar parte dos salários. Rio de Janeiro, ano VI, n° 1654, domingo, 15 nov. 1953, p.2.

²¹ Entrevista com Nelly Gualandi de Mello, concedida à autora em 15 jan. 2005.

²² Entrevista com Eli Silva, concedida à autora em 09 set. 2006.

num”²³. O Sr. Álvaro Silva, de 85 anos, irmão do Sr. Eli, que, de forma semelhante, vivenciou a experiência do trabalho desde a infância, o caracterizou como “normal, não tinha esse negócio de exploração!”.

Outro exemplo que ilustra a multiplicidade de apropriações que resultaram na atribuição de significados diversos para a infância “interrompida” pelo trabalho é o relato apresentado pelo ex-operário comunista, José Rodrigues.

Ingressei na fábrica de Andorinhas, em 1924, aos 8 anos de idade, mas só tomei conhecimento “das lutas”, em 1928, quando nós, os “garotos da fiação”, fomos chamados pela Aliança Operária para falar sobre os maus tratos com as crianças na fábrica [...] Eram “correidas”, castigos por qualquer motivo, além de recebermos apenas mil réis por dia, enquanto nossos pais recebiam 8 mil.²⁴

A fala do ex-operário expressa indignação com relação ao tratamento que as crianças recebiam no trabalho e a diferença salarial em comparação com os operários adultos, mas não parece questionar a utilização da mão-de-obra infantil. O que o depoimento parece indicar é que, mesmo para a Aliança Operária, não havia estranheza diante do fato de as crianças já ocuparem lugar nas fileiras do trabalho, visto que, segundo o depoente, “os garotos da fiação” foram chamados apenas para falar sobre os maus-tratos recebidos.

Vale lembrar que, desde meados dos anos 20, já vigoravam leis no sentido de coibir o trabalho de menores de 14 anos como operários nas fábricas²⁵. Contudo, o crescente exercício de valorização do trabalho empreendido pelo Estado, ao mesmo tempo em que vinha sendo acompanhado da implementação de uma legislação que apontava para a proibição do trabalho infantil nas indústrias, produzia efeitos que, paradoxalmente, estimulavam a burla a estas mesmas leis.

Os esforços no sentido de interiorizar uma moral do trabalho conduziram ao desenvolvimento da noção de que “educar um indivíduo pobre era principalmente criar nele o hábito do trabalho”²⁶. Assim, diante da necessidade de complemento do orçamento familiar e da convicção de que o trabalho era um meio de salvaguardar os jovens dos “perigos” que uma infância

²³ AZEVEDO, Cecília. Identidades compartilhadas: a identidade nacional em questão. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel (orgs.) Ensino de história: conceitos, temáticas e metodologia. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003, p. 44.

²⁴ Entrevista com José Rodrigues Santana, concedida a Felipe Augusto dos Santos Ribeiro em 04 ago. 2006.

²⁵ Lei Federal, decreto nº 5.083 de 1º de dezembro de 1926.

²⁶ GOMES, Ângela de Castro. A invenção do trabalhismo. 3ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2005, p. 26.

ociosa podia oferecer²⁷, não era incomum que partisse dos próprios pais a iniciativa de alteração da idade de crianças, que pela legislação estavam impedidas de ingressar no trabalho fabril antes dos 14 anos. Os relatos abaixo foram feitos por operários, hoje já idosos, que tiveram parte de suas infâncias dedicadas ao trabalho. Suas representações acerca deste tema são alguns dos aspectos que compõem a memória coletiva destes trabalhadores.

[...] Havia muita solidariedade, as pessoas trabalhavam muito [...] **agora os jovens estão se perdendo** [...] a gente não tinha tempo pra ficar ocioso e fazer besteira, eu nunca vi cocaína, maconha, nunca vi[...]²⁸
As crianças hoje em dia [...] eu não me conformo! Não respeitam nada, é só palavrão! Não respeitam nada! **Hoje é tudo desocupado**. Antigamente era trabalhar e estudar. Trabalhava de dia, estudava a noite, trabalhava a noite, estudava de dia [...] eu fico tão preocupada com essa criança; **esse país com essa imoralidade; essas crianças sem ter o que fazer!**²⁹ (grifo nosso)

Certamente, a visão nostálgica do tempo em que jovens e crianças não tinham como ficar ociosos e em que a vida era “trabalhar e estudar” deve ser compreendida a partir, especialmente, da consideração de dois fatores. O primeiro deles é uma considerável longevidade da criação de uma moral do trabalho, seguida do desenvolvimento da noção de que o requisito básico para o pertencimento à coletividade local era, essencialmente, o de compor o quadro de funcionários das fábricas. Assim, tanto homens quanto mulheres e crianças conceberam o trabalho fabril como o “lugar-comum” a partir do qual foram estabelecidos os vínculos de pertencimento que os faziam sentir-se parte de uma coletividade.

Em contraposição à noção de trabalho = pertencimento, estava a do não-trabalho = não pertencimento, ou seja, o não-trabalho significava a marginalidade ou a imoralidade. Segundo Ângela de Castro Gomes, durante toda a Primeira República, ao mesmo tempo em que eram empreendidos esforços na criação de uma “ética do trabalho”, vinha sendo desenvolvida, em contrapartida, uma “ética do não-trabalho”³⁰. A partir dessa

²⁷ Um discurso moralizante contribuía para afirmação de que o trabalho era a melhor maneira de educar as crianças operárias: “[...] A subtração dos menores das fábricas, longe de lhes dar amparo abre-lhes as portas para a vagabundagem e para o vício, a que serão conduzidos com todo o seu cortejo de misérias e ignomínias”. – Trecho de carta enviada pelo Centro da Indústria do calçado e do comércio de couros (JORNAL DO COMÉRCIO. Carta do Centro da Indústria e do Comércio de Couros. 25 set. 1917. Apud PIMENTA, Ricardo M. Batalhas de algodão: a infância operária interrompida pelo trabalho nas indústrias têxteis do Rio de Janeiro. In: Anais do XXIII Simpósio Nacional de História – História: Guerra e Paz. Universidade Estadual de Londrina, 2005, p. 3).

²⁸ Entrevista com Nito Lima Teixeira, concedida à autora em 20 jan. 2005.

²⁹ Entrevista com Lúcia de Souza, concedida à autora em 10 out. 2007.

³⁰ GOMES, Ângela de Castro. A invenção do trabalhismo. 3ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2005, p. 26.

contraposição, se inicia o processo de desenvolvimento de uma “identidade positiva para aqueles que trabalhavam e para o ato de trabalhar”³¹, sinalizando o surgimento de uma moral do trabalho, que vinha sendo estabelecida em oposição às características negativas atribuídas a uma “ética da malandragem”, desenvolvida sobretudo na cidade do Rio de Janeiro.

Sendo assim, consideramos que a preocupação da operária com a falta de “ocupação da criança” e a relação que a mesma estabelece entre este dado e a “imoralidade” presente no país constituem uma representação justificada, ao menos em parte, pelo contexto mais geral que permeou a história dos trabalhadores de sua época, somado a outro mais específico, que marcou o cotidiano e as experiências de vida do grupo de trabalhadores do qual fazia parte.

É relevante em nossa análise – que, entre outras coisas, busca apreender os padrões culturais que norteavam a vida dos trabalhadores de Santo Aleixo – considerarmos que essas pessoas que se dispuseram a nos relatar suas “histórias de vida” são hoje já bastante idosas, e continuam a residir no local, convivendo com as “ruínas” de um passado que para eles permanece vivo, conferindo-lhes, através da memória, um discurso carregado de identidade. Na análise de tais “discursos”, valorizamos a medida pela qual os mesmos, ao disciplinarem as singularidades, não anulam o modo como os sujeitos históricos, com suas emoções, experiências, tradições e valores próprios, numa relação consigo mesmos, os (res) significam. Estes discursos então ressignificados são projetados de maneira diferenciada no tempo.

Desse modo, ao enfatizarmos as formulações que os operários de Santo Aleixo, individual ou coletivamente, elaboraram a partir dos processos por eles próprios vivenciados, estamos elegendo o cultural como elemento central para o entendimento da forma da situação social que se configurou no local.³²

Nessa perspectiva, entendemos que o tempo das lembranças é um tempo onde não mais se vive o que precisa ser lembrado. Desse modo, as lembranças se constituem em memórias. Memórias estas mediadas por contextos sempre dinâmicos, na medida e na proporção em que tornam também dinâmicas as próprias memórias. Entretanto, o dinamismo da memória não se dá a ponto de negligenciar o lugar-comum a partir do qual são estabelecidos os vínculos de pertencimento e o sentimento de continuidade, que fun-

³¹ _____. Cidadania e direitos do trabalho. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2002, p. 16.

³² Para melhor entendimento da “redescoberta do cultural como central ao entendimento do modo de vida dos trabalhadores”, Cf. PAOLI, Maria Célia. Os trabalhadores urbanos na fala dos outros. In: LOPES, José Sérgio Leite (org.) et al. Cultura e Identidade Operária: aspectos da cultura da classe trabalhadora. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ -Museu Nacional e Marco Zero/PROED, 1988, p. 57.

damentam toda uma rede de significados que dão sentido à trajetória desses operários, tanto na posição de indivíduos quanto de uma coletividade.³³

Assim, a situação socioeconômica de Santo Aleixo no presente, caracterizada pela escassez de emprego, mesmo para os adultos, e pela inexistência no local de programas educacionais e sociais que pudessem ocupar “essas crianças que não têm o que fazer”, se constitui em elementos de fortalecimento da visão positiva de um passado que, visto retrospectivamente, se apresenta como um tempo “feliz”. A abundância de emprego, onde não somente os homens mas também mulheres e crianças tinham suas vidas preenchidas pelo trabalho, lhes garantia os atributos de uma “boa moral”, isto é, uma moral do trabalho, que se apresentava como requisito básico para uma convivência “harmônica” do grupo e que não permitia que os jovens “se perdessem” como, segundo a declaração do operário, no momento de “agora” acontece.

Contudo, cabe lembrar que a “identidade é uma construção social, simbólica e dinâmica em função de sua permeabilidade em face do contexto”³⁴, podendo aparentar contradições que, na verdade, expressam o resultado que a vivência de situações sociais complexas e variadas produzem nas representações de indivíduos ou grupos. As falas das ex-operárias entrevistadas, Lúcia de Souza e Maria Oneida Péclat, ilustram bem o modo como o discurso interiorizado permite perceber uma reinterpretação, que aponta para a evidência da presença de uma reflexão crítica sobre a situação social a que estavam submetidas.

Antigamente as crianças faziam quatorze anos iam pra fábrica, **mas** tinha a escola que era uma beleza [...] Tinha a escola, dentista, aula de corte, médico, e tinha as bandas de música. Agora, infelizmente só tem igreja e botequim!³⁵
A gente perdia a mocidade da gente, a juventude, a adolescência [...] **era uma escravidão, uma escravidão mesmo!** Mesmo assim eu sou muito grata a essa fábrica, porque se não fosse ela... Eu tinha pouca experiência, pouco estudo. Casa de família? Ninguém aqui podia pagar empregada. Sair pra fora? [sic] De que jeito? Então pra mim, **a fábrica foi uma mãe, uma mãe severa, mas foi uma mãe!**³⁶ (grifo nosso)

³³ O antropólogo Gilberto Velho analisa o modo como o indivíduo-sujeito, utilizando sua margem de liberdade, consegue com criatividade elaborar projetos que lhes garante uma participação ativa na negociação da realidade. Desse modo os passados desses indivíduos são articulados de acordo com as possibilidades apresentadas no presente, explicando em parte a dinâmica que envolve a construção das identidades. (Cf.: VELHO, Gilberto. Memória, identidade e projeto. In: _____. Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2003.)

³⁴ AZEVEDO, Cecília. “Identidades compartilhadas: a identidade nacional em questão”. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel (orgs.). Ensino de história: conceitos, temáticas e metodologia. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003, p. 43.

³⁵ Entrevista com Lúcia de Souza, concedida à autora em 10 out. 2007.

³⁶ Entrevista com Maria Oneida Péclat, concedida à autora em 18 jan. 2007.

O emprego da conjunção adversativa “mas” e da representação metafórica da fábrica como uma “mãe severa” pode simbolizar, primeiramente, que, na lembrança dessas operárias, as conscientes perdas decorrentes da infância e da juventude dedicadas ao trabalho foram compensadas pela presença de uma mãe, que, embora severa, garantia a toda “família” os elementos necessários à sobrevivência, tanto no que se refere aos aspectos materiais – “[...] sou muito grata a essa fábrica, porque se não fosse ela [...]”³⁷ –, quanto aos aspectos sociais e morais – “[...] tinha escola, dentista... Bandas de música. Agora... Só tem igreja e botequim”³⁸.

Além disso, as falas das operárias apontam para um esforço em atribuir sentido às suas trajetórias. Esse movimento ocorre a partir de uma dinâmica constituída pela multiplicidade e diversidade de processos no “tempo” dos acontecimentos e no “tempo das lembranças”. Neste caso, o contexto deste último – o tempo das lembranças – favorece o fortalecimento da identidade social do grupo, haja visto – na visão desses trabalhadores ainda moradores do local – o que predomina agora é a falta de trabalho e de lazer considerado saudável, aspectos que, na visão da operária, estando ausentes contribuem para a presente “imoralidade” do país.

A estreita relação entre o público e o privado no cotidiano dos operários-moradores de Santo Aleixo é também observada nos modos como a hierarquia do espaço de trabalho – geradora de relações sociais de poder – não ficava restrita ao chão da fábrica, ultrapassando seus limites, se fazendo presente na esfera do lazer, da vizinhança e da própria família operária. “Na comunidade e pela gente os mestres e contramestres eram muito respeitados, a gente achava que eram eles que mandavam”.³⁹

As relações de poder engendradas no espaço de trabalho se acentuavam, sendo redimensionadas pela dupla dependência estrutural a que estavam submetidos os trabalhadores, qual seja a do trabalho e da moradia, sendo considerada uma extensão da própria fábrica, por ser, de fato, parte de seu patrimônio e, portanto, submetida à influência extensiva de seu “braço disciplinarizante”.

A relação entre mestres, contra-mestres e chefes de setor com os demais operários podia revelar-se tensa e conflituosa em diversos momentos. Foram recorrentes nos depoimentos dos trabalhadores lembranças que denotam a frequente percepção das ações dos chefes como autoritárias e injustas. O Sr Nito recorda que “[...] se alguém tinha algum problema com algum chefe, e era dispensado, (eles) dispensavam a família toda, então o pessoal era revoltado com isso”.

³⁷ Entrevista com Maria Oneida Péclat, concedida à autora em 18 jan. 2007.

³⁸ Entrevista com Lúcia de Souza, concedida à autora em 10 out. 2007.

³⁹ Entrevista com Nely Gualandi de Mello, concedida à autora em 15 jan. 2005.

A rígida hierarquia, inclusive entre os ocupantes de cargos de chefia, se constituía em elemento estratégico para a garantia do controle e da disciplina dos operários, na medida em que gerava concorrências e disputas por maior respeito e confiança dos proprietários das fábricas: “Depois de mestre eu passei para chefe de manutenção [...] eu ia para São Paulo, era só eu que ia, porque *eles* tinham confiança em mim [...] os próprios chefes da fiação tinham ciúmes”. A trajetória do Sr. Álvaro – Seu Alvinho, como ainda hoje é conhecido no lugar – pode ser tomada como um exemplo da possibilidade, ainda que restrita, de ascensão social oferecida pelas fábricas.

Comecei do nada, varrendo. Depois passei a tirador – eu tinha treze anos – passei a tirador, depois passei a apontador, depois passei a contra mestre, e depois eu fui subindo. Aí a fábrica viu que eu tava muito interessado e me pagou um curso em São Paulo que durou 18 meses. Quando eu terminei, assumi a mecânica, passei a chefe de manutenção. Era justamente o que eu gostava! [...] Tudo que vinha do escritório central passava na minha mão: pedido de fio... Tudo passava na minha mão. Depois eu fazia a relação do material e mandava para o Rio. No começo eu acordava 4 da manhã, depois as coisas foram melhorando, eu passei a entrar 6 horas. Depois melhorou mais ainda, eu já não assinava mais o ponto, não batia cartão, mais nada, eu me tornei mensalista. Só era mensalista aqueles que mereciam. Os mensalistas trabalhavam só 5 dias por semana, era um regime diferente do operário comum.⁴⁰

Embora chefes e outros ocupantes de cargos intermediários fossem respeitados e mesmo de algum temor, havia na relação entre estes e o operariado em geral aspectos que os tornavam frequentemente sujeitos ao julgamento de suas ações, nem sempre consideradas justas, uma vez que dispunham do poder de tomar decisões que afetavam diretamente tanto a vida profissional quanto familiar – haja vista a interdependência das esferas da vida pública e privada no lugar – da maior parte dos operários.

Já demiti muito, eu primeiro advertia, da segunda eu suspendia, na terceira mandava embora porque não adiantava.⁴¹
[...]Tinha mestre que gostava de aparecer, qualquer coisinha levava pro [sic] escritório, aí o empregado levava “gancho” e perdia dois, três dias, ou eram mandados embora. Esses caras gostavam de aparecer!⁴²

As atitudes dos chefes, consideradas arbitrarias, eram passíveis de reações, que, na maior parte das vezes, não se traduziam em violência física, mas na rejeição por parte da comunidade operária. Eram frequentes as críticas dos trabalhadores dirigidas àqueles que, na prática, eram os responsáveis imediatos por decisões que incidiam diretamente sobre eles.

⁴⁰ Entrevista com Álvaro José da Silva, concedida à autora em 09 set. 2006.

⁴¹ Entrevista com Álvaro José da Silva, concedida à autora em 09 set. 2006.

⁴² Entrevista com Paulo Lopes, concedida à autora em 03 fev. 2005.

O Sr Nito, por exemplo, ao declarar ser “a família Bezerra de Mello, excelente”, segue imediatamente afirmando que “as injustiças que aconteciam lá, eram aqueles caras que administravam”.

Teve um cara, que eu não vou citar o nome, que andava com Astério, e sempre foi um cara revoltado. Vivia brigando com os chefes da fábrica. De repente ele passa a ser um dos mandões da tecelagem, chegou até a gerente. Aí pronto, mudou da água pro vinho, passou a perseguir os operários.⁴³

Apontando na mesma direção estão as declarações do operário Antonio Maciel, em que apresenta uma comparação entre o comportamento dos mestres e dos patrões, atribuindo aos primeiros a responsabilidade pelo trabalho excessivo, ao mesmo tempo em que apresenta uma visão quase romântica dos patrões:

O medo de perder o cargo fazia os mestres fazerem coisas que não era pra fazer. Eles queriam que a gente trabalhasse além do que devido. Mas os patrões eram bons, tinham diálogo com os operários, conversavam com a gente pra saber o que precisava, a gente falava direto com eles. Era uma época muito boa.⁴⁴

Entretanto, alguns operários que ocupavam cargos de chefia faziam questão de estarem misturados à comunidade, participando das associações recreativas e, em alguns casos, colocando-se como “líder da classe”, que “participava de todas as comissões” e “estava sempre no sindicato”. Este é o caso do Sr. Paulo Lopes, que orgulhosamente recorda nunca ter suspenso um operário quando era encarregado da Tecelagem: “comigo, quando o operário errava, eu chamava pra conversar no *quartinho*, e falava: ‘_ Olha, você tá errado, se continuar assim vai pra rua [...]’”; e, referindo-se aos demais chefes, declara: “se todo mundo fizesse como eu fiz, não acontecia nada”.

Fazer parte das redes sociais constituídas no interior das fábricas e nos bairros localizados em seu entorno era compartilhar de referenciais culturais e experiências comuns que, embora não resultassem em comportamentos e visões de mundo absolutamente homogêneos, significavam a orientação por determinados signos e padrões que garantiam a manutenção de uma forte identidade coletiva do grupo de operários-moradores de Santo Aleixo. Lembrando sempre que, como afirmara Bourdieu, “a construção e atribuição de identidade equivale certamente a uma estratégia de legitimação, de afirmação de hegemonia, na medida em que estabelece modelos sociais de conduta (...) frutos de uma negociação simbólica”.⁴⁵

⁴³ Entrevista com Nito Lima Teixeira, concedida à autora em 20 jan. 2005. Astério, citado pelo Sr. Nito, foi um famoso líder sindical na região, sobre o qual faremos referências maiores na seção intitulada “política e sindicalismo no cotidiano operário”, ainda no presente capítulo.

⁴⁴ Entrevista com Antônio Maciel de Oliveira, concedida à autora em 20 jan. 2005.

⁴⁵ BOURDIEU, Pierre. *O poder Simbólico*. Lisboa: Difel, 1989. p. 113